

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os Estados Unidos nos livros didáticos de história (1990-2004)

Dario Alberto de Andrade Filho*

Resumo: Os Estados Unidos estão presentes, de forma marcante, na História Brasileira ao longo do século XX. Todavia, são constantemente deixados em segundo plano. Nos livros didáticos editados ao longo dos últimos quinze anos a abordagem apresentada tem sido pouco ousada e conservadora na medida em que reproduz estereótipos e valores há muito estabelecidos no imaginário nacional sobre os americanos. Apesar das mudanças trazidas por políticas públicas como o PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais – e PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, o que se transmite ao aluno é a repetição de interpretações repetidas há décadas. Esse desconhecimento sobre os Estados Unidos é ainda mais preocupante quando se leva em conta que o livro didático é, em quantidade expressiva de casos, a única fonte de conhecimento histórico que o aluno terá ao longo da vida.

Palavras-chaves: Estados Unidos; livros didáticos; Programa Nacional do Livro Didático

Abstract: The United States are present, in a notable way, in the throughout Twentieth Century Brazilian History. However, they are constantly left in second frame. In the textbooks edited throughout last fifteen years, the approach has been conservative because reproduces stereotypes and values long established in the national imaginary about Americans. Although the changes brought by public policies like PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais – e PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, what is taught to the student are interpretations repeated for decades. This lack of knowledge about United States is even more preoccupant when it is considered that textbooks are, in an expressive number of cases, the only source of historical knowledge available to the student along his life.

Keywords: United States; school textbooks; Programa Nacional do Livro Didático

Os livros didáticos de história são formados por determinados recortes da realidade. Alguns temas são considerados mais relevantes que outros e, apesar da importância dos Estados Unidos para o Brasil, há pequena quantidade de material disponível nas coleções didáticas sobre a história americana.

A tradição certamente desempenha papel importante nessa definição dos conteúdos. Em essência, ainda hoje, a história é apresentada, fundamentalmente, nos moldes eurocêntricos, o que consiste em dizer que trata de um pequeno conjunto de países da Europa Ocidental, isto é, França, Grã-Bretanha e Alemanha. Mesmo Portugal, metrópole durante mais de trezentos anos, desaparece dos livros didáticos após a independência brasileira. Ademais, essa história ainda aparece, exceto em alguns casos, com os tradicionais recortes de História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

* Mestre em História – Universidade de Brasília

Há pouco, nos livros didáticos, sobre a história da América¹. Os fatos históricos mais privilegiados são a chegada dos europeus no continente e os processos de independência. Fora isso, há um desinteresse da história dos países americanos, seja os do norte ou os do sul².

Em relação aos Estados Unidos esse desconhecimento é ainda mais interessante, em razão dos símbolos e dos estereótipos que esse país tem no imaginário do Brasil. Como observa Paulo Ghiraldelli Jr. (2004:44):

Quando as tropas dos Estados Unidos deixaram o Vietnã, o cartunista Henfil fez uma tira em quadrinhos na qual, no primeiro quadrinho, expressava preocupação. Estranho! Henfil, um homem de esquerda, preocupado com a saída das tropas em vez de comemorar? Aí vem o segundo quadrinho, no qual a pergunta era: “Para onde irão agora?”. Essa é a idéia de uma boa parte dos brasileiros a respeito da filosofia política dos Estados Unidos. Outras pessoas, como Tiradentes, Monteiro Lobato e Anísio Teixeira, olharam a ‘América’ de outra forma – eles viram lá o que Karl Marx também viu: as grandes possibilidades da democracia tinham suas cartas na mesa no país da bandeira listrada.

Essa ausência dos Estados Unidos é significativa porque se vê, diariamente, a presença de elementos culturais, econômicos e sociais estadunidenses ao longo da História brasileira. Desde a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos substituíram a Europa como centro cultural e econômico e, a partir daí, tornou-se dominante a entrada de mercadorias e valores culturais americanos no Brasil, por meio de marcas, como Coca-Cola, Nike, Ford, Chevrolet, McDonald’s, filmes, músicas e diversas outras formas de expressão cultural.

Lúcia Lippi Oliveira (2000:19) observa, a respeito disso, que:

A presença do american way of life na vida brasileira é marcante, e a cada dia, novas esferas da vida brasileira se incorporam aos códigos da modernidade norte-americana. Entretanto, o espaço acadêmico para a realização de estudos comparativos entre o Brasil e os EUA tem sido bastante reduzido entre nós.

Identidade e diferença, portanto, se confundem quando o tema são os Estados Unidos. Se existe uma diferença conceitual entre “Estados Unidos” e “América”, como sugere Paulo Ghiraldelli Jr., ela não é claramente percebida em nossa sociedade, inclusive naquilo que nos é importante neste trabalho, ou seja, nos livros didáticos de história do ensino fundamental.

A identidade nacional parece ser construída sempre em contraste com terceiros, a partir de comparações, rejeições e aceitações do outro. Nesse sentido, o que vêm a ser os Estados Unidos para nós? A par das diversas semelhanças entre os dois países – enorme

¹ Alguns esclarecimentos se fazem necessários. Para os fins deste trabalho, América diz respeito ao conjunto de todos os países do continente americano, inclusive os Estados Unidos. História Americana, no entanto, refere-se, apenas à História dos Estados Unidos.

² Sobre a história latino-americana vale a pena consultar ROCHA, Aristeu Castilhos da. *O livro didático e a história ibero-americana: uma abordagem crítica*, Porto Alegre: Dissertação de Mestrado apresentado na PUCRS, 2000.

território, grande população, significativa parcela da população de origem escrava ou imigrante – há também diferenças significativas, especialmente naquilo que concerne como um país periférico sempre se questiona o porquê de não ter cumprido o seu “destino histórico” e se tornado o “país do futuro”, apesar de todas as vantagens iniciais.

Apesar desse rico campo de abordagem, os Estados Unidos, nos livros didáticos, ainda são abordados de maneira pouco ousada e bastante conservadora na medida em que são reproduzidos estereótipos e valores há muito estabelecidos. Isso pode ser explicado, pelo menos em parte, pela existência de uma historiografia bastante limitada sobre os Estados Unidos, e pouco afeita a riscos e ousadias. Como observa ainda, Lúcia Lippi Oliveira (2000:12-13):

A historiografia tradicional que trata dos Estados Unidos se dedica a estudar predominantemente três grandes temas. O primeiro se ocupa da Independência, da Constituição do pacto político que permitiu fazer das treze colônias um país. Os aspectos políticos, doutrinários e a virtú dos founding fathers são os principais aspectos tratados pelos historiadores que se dedicam a esse grande tema. O segundo grande tema vai destacar o espaço geográfico e social da expansão territorial norte-americana como razão explicativa do caráter norte-americano. No primeiro caso, a América levou adiante e mesmo superou a matriz inglesa, mas é valorizada a linha de continuidade cultural do universo inglês e europeu, ou mesmo a América construiu algo novo, inédito na história humana. A existência de ‘terras livres’ permitiu a constituição de um novo modo de vida, democrático, diferente do europeu, e nesse sentido a fronteira passa a ser o verdadeiro berço da democracia norte-americana. A terceira vertente da historiografia dos Estados Unidos trata de temas relativos à guerra civil, ao conflito Norte/Sul e à escravidão. As questões políticas, sociais, históricas e culturais da escravidão abrem espaço para trabalhos comparativos com outras sociedades nas quais a escravidão teve lugar, entre elas o Brasil.

Percebe-se, então, um espaço significativo a ser ocupado: o de pesquisar melhor e de maneira mais efetiva o “grande irmão do norte”, que, apesar de ocupar um espaço imenso em nosso imaginário social e em nossas relações econômicas e políticas, ainda é um grande desconhecido. Livros didáticos, embora sejam um tipo de publicação subestimada ou relegada ao segundo plano, têm papel fundamental na formação e informação de parcela significativa da camada letrada do Brasil.

Entre 1990 e 2004 há dois momentos significativos. Em primeiro lugar, no início desse período, se consolida a forma que o livro didático deve ter, em termos de quantidade de páginas, ilustrações, questionários ao final dos capítulos e tamanho. Em segundo lugar há, na parte final da década, algumas alterações relevantes em termos de políticas governamentais de aquisição de livros didáticos. Se levarmos em conta que o mercado editorial existe, em grande parte, em decorrência das compras governamentais de livros didáticos, percebemos que as

editoras partiram para a adaptação ou reescrita de suas obras a partir das variáveis estabelecidas pelo Governo Federal.

Logo, existem as obras produzidas antes e depois de 1998, este o ano da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – e da expansão do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – da 5ª à 8ª séries. É inegável que essas políticas públicas acabaram por influenciar a maneira como as obras didáticas são escritas.

Nessa diferenciação é importante observar o impacto dos PCN e do PNLD sobre os livros didáticos de história, o que ensejou o surgimento de obras organizadas de forma inovadora, preocupadas em trocar uma abordagem cronológica por outra temática, ou em introduzir a chamada História Integrada entre conteúdos que contemplassem a História Geral e a História do Brasil.

Da mesma forma, se, no início dos anos 1990, os livros didáticos tinham um aspecto muito mais homogêneo, a partir de meados dessa década, se torna mais perceptível que as editoras lançam obras destinadas a diferentes tipos de públicos escolares: algumas obras são conservadoras no estilo; outras são inovadoras em relação às propostas pedagógicas; outras ainda apresentam linguagens próximas a do jovem; algumas propõem textos mais simples e outras experimentam uma abordagem mais complexa.

É importante, também, observar que o papel do livro didático de História transcende em muito a sala de aula. Considerando-se o preço e a dificuldade de acesso a obras atualizadas, o livro didático de História, será o único instrumento que o aluno terá disponível para contato com a disciplina. Poder-se-ia dizer ainda que provavelmente será o único livro de História que a maior parte dos alunos terá acesso ao longo da vida. É esse conhecimento, bem ou mal adquirido, que ajudará o aluno a formar opiniões ao longo de sua vida pós-escolar. Também o livro didático é um grande auxiliar do professor, sendo, muitas vezes, sua única fonte de pesquisa e preparo de aulas, levando a formação de sua opinião e de seus alunos.

Como os livros didáticos, especialmente aqueles chancelados pelo Estado, retratam os Estados Unidos? Que tipo de visão carregará aquele aluno pelo resto de sua vida? Que espécie de cidadão está sendo criada? Qual a visão que nossos professores passam? São eles também influenciados por estes livros didáticos? Existe a reprodução de preconceitos ou clichês? Os livros didáticos, como obras chanceladas pelo Estado, são capazes de contribuir para fomentar a autonomia intelectual daquele aluno e de seu professor?

As respostas a essas perguntas se dão a partir da percepção que a modernização dos livros didáticos, na década de 1990, não significou, necessariamente, modificações substanciais nos conteúdos.

De forma geral, os recortes temáticos continuaram a ser os mesmo de antes de 1998, ou seja, muito pouca atenção continuou a se dar aos Estados Unidos. Isso não seria necessariamente negativo se não continuassem a serem vistos alguns dos mesmos problemas existentes nos livros mais antigos, inclusive com a permanência de modelos explicativos.

No caso do período colonial da América inglesa, uma tentativa de explicação divergente que fuja do modelo de colônia de exploração versus colônia de povoamento é visto mais claramente apenas em obras bastante recentes e assim, mesmo, de uma forma bastante tímida, havendo pouco espaço para possíveis explicações alternativas.

A Guerra Civil é vista, quase sempre pelo viés econômico em que há o conflito de modos de produção competindo por espaço. O risco dessa explicação tornar-se fórmula a ser repetida a exaustão.

Conceitos como “destino manifesto” ou “expansão para o oeste” são pouco explorados e, apesar de importantes, são vistos de maneira estereotipada.

A Grande Depressão de 1929 seria, também, um bom momento para mostrar existência de diferentes possibilidades de explicação para a História. O que causou a crise econômica de 1929? A quebra da Bolsa de Valores é uma consequência da crise econômica ou é um evento gerado pelas mesmas causas? Além disso, a crise de 1929 foi resultado da superprodução ou foi causada por causas monetárias? Enfim, quais foram os resultados apresentados por programas de recuperação econômica ao longo dos anos 30?

De forma geral, haveria dois pontos importantes a enfrentar: as causas da Grande Depressão e o *New Deal*.

A confusão entre a quebra da Bolsa com a Grande Depressão e insistência na mesma causa – a superprodução. Não que essa não seja uma possível explicação, mas muitos autores a assumem como a única.

Em suma, os livros didáticos acusam ou a superprodução ou a própria crise da Bolsa de Nova York como as causas da Grande Depressão, deixando de lado que se trata de um tema controverso mesmo entre economistas e historiadores.

Haveria, sobre esse tema, uma série de questões instigantes que poderiam ser trabalhadas pelo professor junto aos seus alunos. Entretanto, na medida em que a maioria do professorado funda suas aulas nos livros didáticos, em que grau é oferecido material para despertar a reflexão dos alunos?

Quem? Como? Quando? Onde? Por quê? Perguntas pouco feitas pelos livros didáticos e que, freqüentemente, não são respondidas. Talvez isso seja culpa do próprio formato do livro didático em que é necessário oferecer uma explicação em número limitado

de páginas, ou da percepção que o aluno é muito limitado para compreender determinados fatos ou talvez, ainda, seja a incapacidade de o autor do livro didático se manter atualizado sobre o que há em termos de pesquisa histórica.

Em relação ao uso de recursos didáticos há pontos importantes. Apesar de os livros mais recentes terem a tendência crescente de incluírem textos de apoio – sejam de historiadores renomados, sejam de fontes – parece não estar muito claro, para a maioria dos autores, o que deve ser feito com esses textos ou imagens porque parece que suas presenças se devem ao fato de preencher espaços vazios ou dar um ar de modernidade pedagógica aos livros.

É visível, pois, que o uso de fontes, fotos, mapas nem sempre é feito de maneira adequada. Muitas fotos, por exemplo, carecem de legenda mais precisa ou de informações mais profundas, mapas encontram equívocos e o uso de fontes não representa por si só uma inovação positiva. Não basta estar lá, é preciso que faça sentido no contexto em que é utilizado.

Outros recursos, como ilustrações são subutilizados, bem como mapas que não são feitos com o devido cuidado. Além disso, não se vê – ou se vê raramente – o uso de recursos como gráficos, tabelas, etc.

Da mesma forma, há uma tendência ao tratamento estanque dos temas. Apesar da tendência à História Integrada, percebe-se uma dificuldade em estabelecer comparações ou relações entre situações simultâneas. Exemplo pode ser claramente percebido novamente no período de colonização, em que nenhum autor compreende que a colonização da América do Norte se deu como se deu em razão das circunstâncias da Inglaterra no século XVII.

Também não se pode deixar de frisar o fato que a bibliografia utilizada pelos autores é, em relação aos Estados Unidos, desatualizada.

Da mesma forma, há uma utilização modesta de exercícios, que, de forma geral, se resumem a questionários do capítulo ou unidade.

Não existe, salvo casos isolados, um viés antiamericano. Na maior parte há um desconhecimento grande sobre os Estados Unidos. Os livros didáticos, mesmo os mais novos, pouco se interessam pelo país do norte e quando o fazem adotam interpretações tradicionais.

Isso parece ser resultado de uma concepção cujas origens remontam à própria origem da História enquanto disciplina escolar, em que o centro das atenções se voltava para os países europeus. Apesar da hegemonia americana em termos de política mundial há pelo menos meio século, os livros didáticos ainda pouco dizem sobre quem são os americanos, como pensam e qual é o motor de suas intenções. Na medida em que o Brasil, país periférico,

não conhece o país hegemônico, acaba por se encontrar, ainda mais, em situação de desvantagem em relação aos Estados Unidos, repetindo estereótipos e comportamentos que não dão conta de um cenário internacional cada vez mais complexo.

Em suma, se os livros didáticos têm a função de formarem um cidadão ou pelo menos um cidadão médio bem-informado, está claro que existe um buraco quando o assunto são os Estados Unidos, que, apesar da importância que tem em nossa história, ainda não recebem a devida atenção que merecem. Parece claro, portanto, que os livros didáticos, apesar de terem se modificado em termos de formato, ainda precisam voltar os olhos com atenção para outros temas, como os Estados Unidos, que adquirem cada vez mais importância na vida daquela criança/adolescente que, quando adulto se transformará em cidadão. Caso contrário, o ensino de História corre o risco de ficar em descompasso em relação às próprias necessidades do cidadão leigo que precisa saber o que acontece no mundo ao seu redor.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e Cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BRINKLEY, Alan. *The unfinished nation: a concise history of the american people*. 4ª ed. New York: McGrawHill, 2004. 2v.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. “Renovação da História da América”, IN: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, prática e propostas*, São Paulo: Contexto, 2004.

GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru: Edusc; Uberlândia: Edufu, 2004.

GHIRALDELLI JR., Paulo. As idéias generosas do norte, *Cult*, ano VII, nº 83, ago. 2004, p. 44.

KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas* 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Estados Unidos: a formação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A renovação da História: ensino conseqüente IN: SERPA, Élio Cantalício et al. (org.). *Escritas da História: intelectuais e poder*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

LINDAMAN, Dana; WARD, Kyle. *History Lessons: how textbooks from around the world portray U.S. history*. New York; Norton: 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2000. p. 19.

TINDALL, George Brown; SHI, David E. *America: a Narrative History*. 6ª ed. New York: Norton, 2003. 2v.